

Moratória conduziria ao caos, dizem empresários

Não existem propostas novas para a antiga dívida externa brasileira, que agravada como está hoje precisa de um remédio forte e eficiente, segundo diversos empresários paulistas. Ela deve ser renegociada o mais depressa possível e não só reescalada, de acordo com eles, sob o risco de a demora de fluxo de capital ao País conduzir a um caminho inevitável que o leve a recorrer à moratória. E essa alternativa, segundo reafirmam esses empresários, seria drástica para uma nação dependente de petróleo com o Brasil. Nesse sentido, todos descartam a proposta de moratória unilateral do PMDB.

Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do Grupo Votorantim, por exemplo, não aceita a moratória pura e simples, porque ela conduziria ao caos, paralisando todo o fornecimento de petróleo. Em uma moratória, segundo ele, o País diz simplesmente que não paga coisa alguma e os credores não dão mais nada.

Já a renegociação é diferente, concorda o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, para quem a moratória proposta pelo PMDB simplesmente não existe. "Se tivéssemos petróleo poderíamos ter declarado moratória há três anos. Sem petróleo, não se pode cogitar dessa possibilidade, porque os famosos aliados do Brasil, como Venezuela e outros, são os primeiros a suspender fornecimento", prosseguiu, descartando mesmo uma moratória temporária, "porque o País não conseguia mais exportar".

Essa também é a opinião do diretor da Metal Leve, José Mindlin, para quem o principal é evitar a moratória de todas as formas, "porque ela seria drástica ao País, com suspensão de fornecimento de petróleo e racionalamento". Nesse sentido, Vidigal aceita até a hipótese de uma moratória negociada, ou um acordo que preveja juros e carências compatíveis com os recursos do País, "pois só podemos assinar o que podemos cumprir". Ele adverte, porém, que qualquer solução não pode ser mais retardada, porque o Brasil continuará a não receber recursos de fora.

Por isso, o presidente do Grupo Brasilinvest, Mário Garnero, insiste que o Brasil não pode mais continuar no atual clima de desgaste e que o momento é de "dramática flexibilidade" de todas as partes, para a renegociação da dívida externa.

FORMAS

Dentro dessa unanimidade em torno da necessidade de renegociação, as opiniões variam pouco quanto às formas de fazê-la. Para Antônio Ermírio de Moraes, é preciso renegociar, imediatamente, tanto os juros como o principal, com período de dez anos de carência para que o País possa concluir as obras gigantescas que iniciou, como Carajás, Tucuruí, Acominas, Tubarão e outras. Ele sempre combateu essas obras, mas acha que agora elas precisam ser

terminadas para começar a render.

A renegociação, em sua opinião, traria certa recuperação da economia interna, na medida em que daria uma folga maior ao País, além de reduzir o temor hoje existente de todo empresariado de colocar capital em risco. Com ela, a recessão seria amenizada.

Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho lembra que o Brasil vem rolando sua dívida desde setembro do ano passado, e que essa falta de negociação mais ampla fez que o País ficasse com dívidas pendentes à espera dos acordos com o FMI.

Nesse sentido, José Mindlin acha que o governo começa a entrar no rumo certo, "ao tentar negociações mais a longo prazo e não a cada três meses como vinha fazendo". Ele acredita que um prazo de três anos para pagamento dos juros seria razoável, "desde que não com as taxas exorbitantes atuais", mas considera necessários mais de três anos de carência e oito para pagamento do principal.

Sua posição é menos exigente do que a do empresário Nildo Masini, para quem o País precisa adotar uma posição firme, a fim de não criar maiores constrangimentos em face de seus credores externos. Assim, ele propõe a renegociação com suspensão por três anos de qualquer pagamento, nem principal nem dos juros, e após esse prazo, início do pagamento de juros, mas com carência de oito a dez anos e pagamento total em 20 anos.

PROPOSTA COERENTE

Por sua vez, Mário Garnero acha que este é o momento exato para uma renegociação, "porque, de um lado, o FMI sente que não pode mais ter uma posição burocrática de analisar os resultados sob uma 'lupa micro' sem considerar os riscos políticos do Brasil". Por isso, o governo brasileiro, em sua opinião, deve tirar partido das condições maduras de renegociação da dívida e reativar a economia interna. "O Brasil deve antecipar-se com uma proposta coerente de renegociação a longo prazo, com 10 anos de carência."

Já Vidigal propõe uma renegociação em três níveis: com o FMI, com o sistema financeiro e de governo a governo. "Tem de haver maior carência de juro e principal, mas isso deve ser feito de governo a governo", afirmou, considerando razoável um prazo mínimo de três anos. Isso, porém, em sua opinião, não deve ser feito antes do aval do FMI. "Com o Fundo, só teremos recursos simbólicos, pois o importante é seu aval para a negociação de governo a governo e com a comunidade financeira internacional. O aval é imprescindível e não pode ser adiado, mas o acordo terá de fugir dos rígidos padrões do FMI, porque o Brasil não é igual aos outros países", prosseguiu, concluindo que sem esse aval não adianta negociar politicamente com os governos e tecnicamente com os banqueiros.